

Pente-fino vai mirar benefícios sociais

Medida deve integrar estratégia do governo para revisar gastos

DE BRASÍLIA

O governo calcula que o pente-fino em cadastros de programas sociais, um dos focos da agenda de revisão de gastos, pode render uma economia de R\$ 20 bilhões no próximo ano. Integrantes da área política chegam a citar nos bastidores uma cifra de até R\$ 30 bilhões, em um cenário mais otimista.

O objetivo é fazer uma varredura em todos os benefícios para que aqueles que não têm direito aos recursos deixem de recebê-los.

Os gastos com benefícios como seguro-desemprego e Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado a idosos ou pessoas com de-

ficiência muito pobres, estão no radar da equipe econômica. Este último, por exemplo, gerou um alerta entre técnicos, já que as despesas cresceram 17,6%, já descontada a inflação, no primeiro quadrimestre, na comparação com o mesmo período de 2023.

O Grupo de Trabalho (GT) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), criado no ano passado para otimizar os custos com a Previdência, tem atuado em duas frentes para otimizar as despesas com BPC.

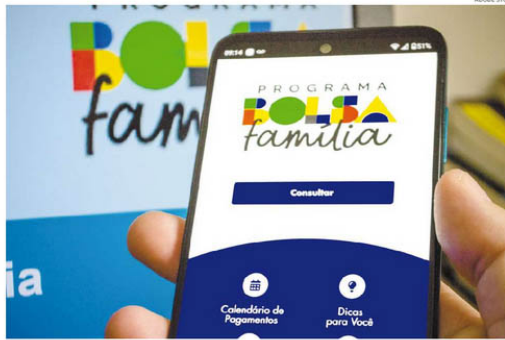
Uma é a revisão bienal já prevista em lei, que busca reavaliar as condições que geraram o direito ao benefício aos contribuintes, e a

outra é uma mudança no fluxo de cobrança, uma forma de facilitar a cobrança nas situações em que há pagamento indevido.

A gestão, a regulação e a previsão orçamentária do benefício, no entanto, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

A revisão dos cadastros do programa Bolsa Família, principal vitrine do governo, também está no foco do Executivo. O ministro do MDS, Wellington Dias, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou a pasta a dar continuidade nos trabalhos de fiscalização de fraudes.

Na quarta-feira, Lula se reuniu com a equipe econômica para tratar sobre o aumento dos mecanismos de controle e combate à fraude em benefícios. No encontro, além do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e Dias, estiveram os titulares do Planejamento, Simone Tebet, da Gestão,



Bolsa Família também deve ser revisado pelo governo: economia com benefícios é estimada em R\$ 30 bi

Esther Dweck, e da Previdência, Carlos Lupi, além do secretário especial de Análise Governamental da Casa Civil, Bruno Moretti.

A Fazenda, Planejamento, Casa Civil e Gestão compõem a Junta de Execução Orçamentária (JEO), que

avalia as despesas. Na segunda-feira, integrantes da JEO se reuniram com Lula para apresentar o cenário de evolução das receitas e despesas, além dos principais gastos com programas do governo. (Estadão Conteúdo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia Caderno: B Pagina: 2